



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**3ª VARA CÍVEL**  
 RUA ABDO MUANIS, Nº 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-

140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1025572-22.2024.8.26.0576**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Bancários**  
 Requerente: ----  
 Requerido: ----

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GLARISTON RESENDE**

Vistos.

Trata-se de *Ação Declaratória Inexigibilidade de débito c.c danos morais* proposta por ---- em face de ---- devidamente qualificados nos autos. devidamente qualificados nos autos. Narrou a parte autora que passou a ter descontos em seu benefício previdenciário por débito que nunca contratou. Após a fundamentação de estilo pugnou, pelo reconhecimento da inexigibilidade dos débitos, com a restituição em dobro das quantias indevidamente descontadas e a reparação pelos danos morais sofridos. Juntou documentos a fls. 26/86.

Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestação a fls. 93/102, aduzindo, em síntese, que houve regular contratação pelas partes, pugnando pela improcedência da ação. Juntou documentos a fls. 103/199.

Réplica a fls. 203/249.

**É o relatório.**  
**Fundamento e decido.**

Desnecessária outras provas, passo a decidir.

A preliminar de falta de interesse de agir confunde-se com o próprio mérito da causa.

Não é do nosso feitio estender a sentença além do mínimo necessário, porém, no caso em tela, há a necessidade do tecimento de alguns comentários, que em outras CENTENAS de sentenças idênticas estavam implícitas, por nos parecer óbvios, já que está havendo mal entendido com o julgamento, demonstrando, assim, que não eram tão óbvios como pensávamos.

Parto do pressuposto de que *ninguém pode cobrar a boa-fé alheia caso haja de má-fé*, devendo todas as partes *guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé (art. 422 do C.C.)*, já que *jus est ars boni et aequi*.

Assim, não pode a parte alegar que não contratou se aceitou o dinheiro a ela disponibilizado, gastou-lhe totalmente, assim que os valores creditaram em sua conta, e se

**1025572-22.2024.8.26.0576 - lauda 1**

comportou por anos a fio, como se contratado estivesse, pagando pontualmente as parcelas do acordo, tal qual o combinado, já que vedado é o *venire contra factum proprium*.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**3ª VARA CÍVEL**

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-

140

1 / nov/min

Pela boa-fé esperada, havendo a oferta de produto ou serviço não solicitado, deve a parte, já no primeiro momento, procurar a devolver os valores, bem como a buscar seus direitos, máxime quando se sabe da facilidade jurídica para tal, da possibilidade plausível (e justa) de transformar o aborrecimento em danos morais (incentivo positivo para se buscar a justiça).

A facilidade do ingresso na justiça é demonstrada por esta própria ação de massa, uma ação, para nós, evitada de má-fé.

Dito isso, pelos sinais, NO MÍNIMO, de má-fé acima apontados, entendo que é possível o julgamento de mérito, **SEM A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA.**

Afirmo isso, primeiro, por ser cediço que a perícia **NÃO É PROVA CABAL**, apenas indiciária, que apenas atesta a plausibilidade de o contrato ser ou não assinado pela pessoa.

A perícia, além de não ser uma prova cabal, ainda sofre com a possibilidade de a má-fé ser *adrede preparada*, assinando o transator com postura gráfica diferencial de sua corriqueira grafia no contrato, já que sabedor está que discutirá a validade da assinatura.

Dizemos grafia corriqueira, por também esta ser variável com o tempo, a depender de diversos fatores externos, temporais e de saúde do subscritor.

Para além da dificuldade acima de a perícia **NÃO SER PROVA CABAL**, ainda temos os demais meios de prova que utilizo como mais viáveis para o caso concreto, já que ela aponta a boa ou má-fé da parte autora, bem como se anuiu ou não à contratação solicitada.

*Exemplificando, não é porque uma perícia diz que é PROVÁVEL que a assinatura não seja da parte autora que entenderei que ela não contratou de fato (ou anuiu voluntariamente à contratação) se ela recebeu o dinheiro, gastou-lhe em pouquíssimo prazo (a demonstrar que sabia do recebimento do dinheiro e a demonstrar que necessitava deste dinheiro), e pagou o empréstimo por ANOS A FIO, comportando, por anos, como se anuído máfé, devendo todas as partes guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé (art. 422 do C.C.), já que jus est ars boni et aequi.*

Assim, não pode a parte alegar que não contratou se aceitou o dinheiro a ela disponibilizado, gastou-lhe totalmente, assim que os valores creditaram em sua conta, e se comportou por anos a fio, como se contratado estivesse, pagando pontualmente as parcelas do acordo, tal qual o combinado, já que vedado é o *venire contra factum proprium*.

Pela boa-fé esperada, havendo a oferta de produto ou serviço não solicitado, deve a parte, já no primeiro momento, procurar a devolver os valores, bem como a buscar seus direitos, máxime quando se sabe da facilidade jurídica para tal, da possibilidade plausível (e justa) de transformar o aborrecimento em danos morais (incentivo positivo para se buscar a justiça).

A facilidade do ingresso na justiça é demonstrada por esta própria ação de massa, uma ação, para nós, evitada de má-fé.

**1025572-22.2024.8.26.0576 - lauda 2**

Dito isso, pelos sinais, NO MÍNIMO, de má-fé acima apontados, entendo que é



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**3ª VARA CÍVEL**

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-

140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

possível o julgamento de mérito, **SEM A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA.**

Afirmo isso, primeiro, por ser cediço que a perícia **NÃO É PROVA CABAL**, apenas indiciária, que apenas atesta a plausibilidade de o contrato ser ou não assinado pela pessoa.

A perícia, além de não ser uma prova cabal, ainda sofre com a possibilidade de a má-fé ser *adrede preparada*, assinando o transator com postura gráfica diferencial de sua corriqueira grafia no contrato, já que sabedor está que discutirá a validade da assinatura.

Dizemos grafia corriqueira, por também esta ser variável com o tempo, a depender de diversos fatores externos, temporais e de saúde do subscritor.

Para além da dificuldade acima de a perícia **NÃO SER PROVA CABAL**, ainda temos os demais meios de prova que utilizo como mais viáveis para o caso concreto, já que ela aponta a boa ou má-fé da parte autora, bem como se anuiu ou não à contratação solicitada.

*Exemplificando, não é porque uma perícia diz que é **PROVÁVEL** que a assinatura não seja da parte autora que entenderei que ela não contratou de fato (ou anuiu voluntariamente à contratação) se ela recebeu o dinheiro, gastou-lhe em pouquíssimo prazo (a demonstrar que sabia do recebimento do dinheiro e a demonstrar que necessitava deste dinheiro), e pagou o empréstimo por ANOS A FIO, comportando, por anos, como se anuído estivesse ao contrato a ela disponibilizado, mesmo que não contratado inicialmente.*

O direito não pode agasalhar a má-fé, a estratégia, **INCENTIVANDO-A**, já que, repito, *jus est ars boni et aequi*, ao contrário, deve sempre **INCENTIVAR** a **POSTURA PROBA** de todos os envolvidos.

Se a financeira praticou o falso, deve ela ser penalizada, inclusive com condenação de danos morais, **porém deve se exigir da vítima um comportamento probó, e não igualmente imoral.**

Para aqueles que entendam diferente, que, mesmo diante de todos os atos de má-fé da parte autora, concluam que a perícia é prova cabal para o caso concreto, lembro que, para este Juízo, a **sentença já está dada** (independentemente da perícia), e é *aconselhável apenas a realização de diligência, para que este Juízo faça a perícia* (e aqui, sugiro também que se colha o depoimento pessoal da parte autora, já que se tratam de ações de massa em que muitas vezes os procuradores não têm acesso à parte autora (não digo este processo em específico), considerando que em várias audiências que já designei para tal, não há o comparecimento da parte autora), sem anular a sentença, já que, reafirmamos, independentemente de perícia, para este Juízo, a sentença já está dada.

Vencido os prolegômenos acima, a má-fé da parte autora é solar nestes autos.

Inicialmente, em sua petição inicial, falou a parte autora que nunca chegou a contratar com a parte requerida, e que não sabia o motivo pelo qual estava tendo descontos em seu benefício previdenciário, chegando até a postular reparação por danos morais.

**1025572-22.2024.8.26.0576 - lauda 3**

No decorrer da ação, a parte requerida indicou a origem do débito, o qual era



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**3ª VARA CÍVEL**

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-

140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

oriundo de empréstimo consignado, que já se encontra baixado por conta de refinanciamento, cujo depósito se deu em conta bancária da própria autora (visto que é a mesma utilizada para o recebimento do benefício previdenciário de fl. 53). O Réu ainda juntou o contrato (fls. 105/109), documentos pessoais da autora (fl. 110) e TED (fl. 147).

**MAS NÃO SÓ, CONTINUOU A PARTE AUTORA A NEGAR A CONTRATAÇÃO A FLS. 203/249, apesar de todos os documentos acima acostados, bem como após a informação de posterior refinanciamento do contrato.**

**Pondo fim às generalidades das manifestações da parte autora, este Juízo realizou perguntas ESPECÍFICAS, singelas, para que fosse possível a fiscalização por meios de provas ordinárias deste Juízo, bem como solicitou a juntada de extratos bancários.**

**NESTE PONTO, apesar de instada duas vezes a fornecer as respostas e os extratos, a parte autora tergiversou ao responder aos questionamentos, e se negou a fornecer os extratos solicitados, deixando de comprovar a impossibilidade de obtenção destes, destacando que O EXTRATO BANCÁRIO é o MELHOR PROVA PARA ESTE TIPO DE AÇÃO, e a requerente se negou a produzi-la.**

**E SE NEGOU POR SABER QUE, ATRAVÉS DOS EXTRATOS BANCÁRIOS, PERCEBER-SE-IA QUE OS VALORES RECEBIDOS DA REQUERIDA FORAM GASTOS, TODOS ELES, EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO, DEMONSTRANDO QUE SABIA DO RECEBIMENTO, E QUE NECESSITAVA DOS ALUDIDOS VALORES.**

**POR ÓBVIO, o silêncio da parte autora foi eloquente, o que nos poupa o trabalho de realizar as pesquisas de praxe, conforme fazemos nestes tipos de ações para desmascarar o alegado.**

**Trata-se de modelo de petição, padrão, provavelmente do mesmo grupo de advogados, que vem sendo distribuída aos milhares nesta região, retardando o andamento de ações realmente importantes, e que sempre altera ou oculta a verdade para tentar uma posição jurídica favorável, e injusta (lembre-se), à parte autora.**

**Nestes casos, quando se descortina a má-fé, deve o Poder Judiciário aplicar a sanção cabível, para se tentar diminuir a avalanche de ações idênticas e socialmente deletérias.**

**De modo que entendo que, mesmo se realmente não tivesse a própria parte celebrada a contratação, o que vimos acima ficar comprovado ao contrário, ainda assim não seriam procedentes os pedidos liminares, já que recebendo o dinheiro, POR QUASE SEIS ANOS nada fazendo, assumiu a contratação que lhe foi oferecida, anuindo-a.**

**NÃO SE OLVIDE, AINDA, QUE NESTES MAIS DE SETE ANOS DE PAGAMENTO, A PARCELA ERA MUITO SIGNIFICATIVA NO TODO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, DE MODO QUE NÃO PASSARIA DESPERCEBIDA DO AUTOR,**

**1025572-22.2024.8.26.0576 - lauda 4**

**SENDOS PAGAMENTOS DECORRENTES DE VONTADE PRÓPRIA.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**3ª VARA CÍVEL**

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-

140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**Trata-se de modelo de petição, padrão, provavelmente do mesmo grupo de advogados, que vem sendo distribuída aos milhares nesta região, retardando o andamento de ações realmente importantes, e que sempre altera ou oculta a verdade para tentar uma posição jurídica favorável, e injusta (lembre-se), à parte autora.**

***NÃO É DEMAIS RESSALTAR QUE A PETIÇÃO DOS AUTOS É SEMELHANTE A MILHARES DE OUTRAS AÇÕES, PADRONIZANDO OS MESMOS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO, O QUE MILITA TAMBÉM CONTRA A SUA CREDIBILIDADE.***

**Nestes casos, quando se descortina a má-fé, deve o Poder Judiciário aplicar a sanção cabível, para se tentar diminuir a avalanche de ações idênticas e socialmente deletérias.**

A parte autora, salvo melhor juízo, cometeu o ilícito processual de alterar a verdade dos fatos (art. 80, II, do N.C.P.C.), devendo, assim responder pelos seus atos.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE presente ação, ensejo em que EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com fulcro no art. 487, I, do N.C.P.

Em razão da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 85, 8º, do N.C.P.C., que deverão (custas e honorários advocatícios) ser recolhidas na forma do art. 98, §3º, do N.C.P.C., ante à gratuidade de justiça.

Pela má-fé, ao alterar a verdade dos fatos, negando fato que sabidamente sabia ter acontecido (art. 80, II, do N.C.P.C.), condeno a parte autora na litigância de má-fé, devendo pagar multa de 02 (dois salários mínimos nacionalmente vigentes), em favor da parte requerida, além das custas processuais dispendidas pela ré, bem como nos honorários contratuais que a parte ré pagou aos seus procuradores, tudo nos termos do art. 81, §2º, do N.C.P.C. P. R. I.

São José do Rio Preto, 10 de janeiro de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1025572-22.2024.8.26.0576 - lauda 5**